

POLÍTICA E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ: UM CASO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

SANTOS, Ana Maria Marques – anamarques.ufrj@gmail.com
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo – floureiro@openlink.com.br
BEZERRA, Carla A. M. – carla_nirj@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, propõe-se apresentar, de modo sistemático, parte das ações de pesquisa sobre o campo da participação popular e das políticas públicas em Educação Ambiental (EA) no município de Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil. Ao considerar a indissociabilidade entre processos ecológicos e sociais, a metodologia buscou privilegiar atividades de pesquisa-ação participativas, destacando o protagonismo da comunidade envolvida e as estratégias para geração e socialização de conhecimentos da Educação Ambiental Crítica durante a produção de políticas públicas municipais em EA. Destaca-se que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista as diversas ações e interesses socioambientais existentes na sociedade. Dessa forma, afirma-se, como linha principal de argumentação, que a Educação Ambiental é um fato concreto em crescente institucionalização e que necessita de Políticas Públicas democráticas e populares, assim como há a necessidade da formação crítica dos agentes que a constituem e a fazem acontecer no cotidiano, em especial, no âmbito da escola.

Palavras-Chave: Educação Ambiental – Participação Popular – Políticas Públicas

Abstract: This essay aims at presenting, on a systematic manner, part of the research actions being carried out in the field of popular participation and public policies concerning Environmental Education (EA), in Mesquita, RJ, Brazil. When considering the inseparability between ecological and social processes, the methodology sought to prioritize the participative research-action activities, highlighting the protagonism of the community involved, and strategies for the generation and socialization of knowledge of Critical Environmental Education during the production of municipal public policies in EA. We stress that such protagonism didn't take place harmoniously, in view of the several social-environmental actions and interests existing in the society. Thus, we state, as a main line of argumentation, that the Environmental Education is a concrete fact under growing institutionalization, requiring democratic and popular public policies and the critical formation of the agents engaged with it and carry it out on a daily basis, especially, at school.

Keywords: Environmental Education - Popular Participation – Public Policies

Este trabalho propõe apresentar de modo sistemático parte das ações de pesquisa e extensão realizadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRuralRJ, Campus Nova Iguaçu e a Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ, por meio das Secretarias Municipais de Meio Ambiente/SEMUAM e de Educação/SEMED, no decorrer dos anos de 2009 e 2010. Essa iniciativa conjunta se refere a um processo de construção participativa de Política Pública Municipal em Educação Ambiental. Além das instituições descritas, o trabalho contou também com o apoio e a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-RJ.

A análise e a descrição de algumas sistematizações e reflexões sobre os registros, observações e documentos, realizadas nesse período, no que concerne ao campo da participação e das políticas públicas em Educação Ambiental, compõem, então, o objetivo deste trabalho.

Julga-se ser fundamental registrar e destacar, além da relevância acadêmica de produção de conhecimentos em área pouco explorada na educação ambiental (políticas públicas), a capacidade intelectual e de reflexão crítica dos agentes sociais envolvidos: professores-pesquisadores, alunos, profissionais da educação, representantes de diversos segmentos sociais, universidades e governo local envolvidos, que, em conjunto, e em formação continuada, no decorrer de dois anos, assumiram constituir uma Comissão de Consulta Pública (CCP), visando à construção de bases para a criação de políticas públicas em Educação Ambiental no município indicado.

O projeto que propiciou esta pesquisa teve por finalidade promover a aproximação universidade-comunidade em busca de reconhecer e mapear: a) atividades municipais de cunho socioambiental realizadas ou que se apresentassem como potenciais no município; b) ações participativas da Sociedade Civil e do Governo, tendo em vista a apropriação de experiências acerca do controle social durante aquela construção.

Nessa linha, a realização do projeto também assumiu as caracterizações das dimensões de ensino e extensão, uma vez que todo o processo de construção participativa foi considerado formativo, na perspectiva da educação enquanto formação humana (LOUREIRO, 2008a,b; SAVIANI, 2003), com legitimação e reconhecimento formal da universidade junto aos seus participantes. Igualmente, em termos de metodologia adotada, assumiram-se pressupostos teórico-metodológicos em educação ambiental norteados pela Pesquisa-Ação Participante (THIOLLANT, 2000) e pela compreensão da dialética emancipatória, ambas destacadas por (LOUREIRO, 2008a, p.8-9):

o próprio processo de pesquisa é parte da experiência educacional e vice-versa. Aprendemos fazendo, refletindo, teorizando e pesquisando; a ação educativa emancipatória pela pesquisa visa apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural. Objetiva também vincular o processo educativo as práticas políticas e econômicas.

Tal caracterização da pesquisa, desenvolvida por meio da pesquisa-ação e da ênfase ao método dialético histórico de Marx (TREIN, 2003), em especial no que tange a vinculação dos processos educativos às práticas políticas e econômicas, justifica-se não só por sua capacidade de apreender o movimento do real, mas também dada a colonialidade da nossa modernidade que, marcada pelo estilo e pela forma de viver liberal, é de fato destinada a poucos (dominação de classe) e, por si, essencialmente

injusta (PORTO-GONÇALVES, 2006). E ainda, sendo a ‘sustentabilidade’ moderna, pautada nessa mesma lógica, “(...) pode-se concluir que a permanência de tal padrão dependerá, cada vez mais, tanto da manutenção das injustiças e das desigualdades sociais, quanto da sobre-exploração dos recursos ambientais” (QUINTAS, 2010, p. 64). Não é objeto deste texto tratar de questões voltadas para as formas de entendimento e encaminhamento de superação da ‘crise ambiental’, mas cabe registrar que, ao se assumir aqui a abordagem crítica da Educação Ambiental¹, considera-se que as vertentes da ecoeficiência, compatibilistas e de proteção do ambiente natural sob o prisma da reforma social para a reprodução do modo de produção capitalista (QUINTAS, 2010) se apresentam como formas mitigadoras ou legitimadoras das relações sociais de expropriação e dominação. O efeito pedagógico disso é a naturalização e a desistoricização da degradação em curso e o fomento a um processo educacional desvinculado do seu caráter histórico, político e econômico.

Em termos de procedimento metodológico, neste artigo, parte-se da descrição do município e do processo instituído para então, em seguida, realizar a análise e indicar os resultados. Como instrumento de pesquisa para a obtenção das informações utilizadas, utilizou-se basicamente a análise de documentos e os registros das observações participantes.

Um breve histórico da cidade

A cidade de Mesquita possui um histórico de lutas e participação, desde a ocupação por índios Jacutingas, datada de 500 anos, até a escravidão, o período pós-colonial e de industrialização. A região, que fora produtora de laranja e cana de açúcar em terras onde hoje se encontra o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - Gleba Modesto Leal², com a chegada da estrada de ferro e com o pós-abolição, teve seu foco voltado para as olarias, já que havia abundância de barro e alagadiços (SILVA, 2007).

Já em 1950, surgem os loteamentos e as fábricas que ajudaram a impulsionar a economia da região: a BRASFERRRO, metalúrgica de grande porte; a IBT, também metalúrgica; e a PUMAR, indústria de sombrinhas. Começava então o período de industrialização que iria empregar centenas de moradores mesquitenses e adjacentes.

O primeiro movimento pela emancipação da cidade surgiu no início da década de 50 e há registros de reuniões comunitárias datadas de 1957 (SILVA, 2007). Esse movimento está no topo de uma série de outros surgidos no mesmo período, como o de

¹ Sobre as concepções aqui tomadas, pode-se sumariamente definir a Educação Ambiental como: crítica, uma vez que historiciza as relações sociais na natureza e estabelece como premissa básica a negação de pré-existências; emancipatória, por almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais; e transformadora, por visar às mudanças societárias simultâneas das condições subjetivas e objetivas dos sujeitos sociais. Logo, assume-se a postura democrática e sustentável no plano de paridade e da justiça social (LOUREIRO, 2004, 2008).

² Mesquita abriga 2 mil 264 hectares de Área de Proteção Ambiental (APA) e faz divisa com os municípios de Nilópolis, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. A criação da APA visa à preservação do conjunto natural e paisagístico com ênfase na proteção e preservação florestal e na qualidade das águas e mananciais dos rios Dona Eugênia, Canal do Socorro e Rio da Serra do Gericinó. O decreto número 456, de outubro de 2006, dispõe sobre a criação da APA. Nas encostas da APA, moram agricultores que cultivam frutas e hortaliças, especialmente manga, caqui e mandioca, e encontra-se parte da Gleba Modesto Leal – Parque Municipal de Nova Iguaçu, com 1.100 hectares de natureza, cultura e história. Em junho de 2004, foi oficializado o primeiro Geoparque do Brasil que abriga um vulcão extinto há 72 milhões de anos (<http://www.mesquita.rj.gov.br/>)

Nilópolis e o de São João de Meriti, os quais se tornaram municípios em 1947, respaldados pela Constituição Brasileira de 1946, que garantiu, pela primeira vez, a repartição de receitas federais.

Em 1957, o processo de emancipação não foi avante. Em 1980, por meio da realização de plebiscitos, o movimento pela emancipação da cidade retorna. Em tempo de abertura política no Brasil, movimentos sociais e políticos retomam as discussões a partir de movimentos organizados, principalmente com as associações de moradores: “(...) quando a discussão ressurgir, ela passa necessariamente pelas lideranças que compõem o movimento social e político, revelando posições pró e contra a emancipação” (PMEA; ProMEA, 2010, p. 18).

Essa marca de movimentos organizados na Baixada Fluminense recebe grande influência das práticas participativas populares oriundas de várias vertentes, mas, no caso da localidade, são oriundas: a) do movimento das comunidades eclesiais de base no Brasil e na América Latina, o qual, em Nova Iguaçu, torna-se forte, em especial para a juventude e para a educação popular; b) do movimento de fé e política; c) da universidade popular da Baixada com cursos para lideranças comunitárias dirigidas por Dom Adriano Hipólito, Bispo Diocesano, grande incentivador das práticas participativas em busca de justiça social para o povo da Baixada Fluminense, em especial, para a juventude trabalhadora, para as associações de bairro e para o próprio Partido dos Trabalhadores (PMEA; ProMEA, 2010).

Ocorrem tentativas infrutíferas em 1987, vinte anos após o primeiro movimento, e, depois, também em 1993. Em 1995, ocorre o terceiro plebiscito, agora marcado por uma divulgação maior, tanto pelos meios de comunicação, como pela própria população. Segundo relatos de moradores que participaram ativamente desse processo, o dia do plebiscito foi uma festa, apagada no final da noite quando o Tribunal Regional Eleitoral, responsável pela apuração, proclamou o resultado: cerca de 44 mil eleitores votaram sem efeito, visto que o quórum exigido era de 48 mil eleitores (PMEA; ProMEA, 2010).

Somente após quatro anos de processos judiciais, em 25 de setembro de 1999, Mesquita foi elevada à categoria de cidade. Assim, situada na faixa de médio a grande porte, Mesquita é o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2007).

A exemplo de sua tradição participativa, o município possui hoje: três cooperativas populares de reciclagem de resíduos sólidos que fazem parte do programa de coleta seletiva da cidade, cooperativas de artesãos, sindicatos de professores e de produtores rurais, várias associações de moradores, grêmios de futebol e de samba, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ciganas, inúmeras comunidades religiosas, entre outras. Além disso, outras ações, não somente do âmbito das questões socioambientais, podem ser encontradas na cidade, sejam elas associadas às ações educativas formais ou às não formais. Dentre tais ações, são destaques as participações da sociedade civil popular em Conselhos, Comissões, Fóruns Permanentes, Câmaras Técnicas, Audiências e em outros espaços públicos de constituição e decisão.

Destaca-se aqui a importância do processo sócio-histórico da cidade para a realidade concreta da Baixada Fluminense. O município de Mesquita, hoje, é o primeiro da Baixada a constituir, mais organicamente, políticas públicas no âmbito socioambiental que agem e interagem com a comunidade local e com os municípios adjacentes, articulando suas demandas às políticas do Estado do Rio de Janeiro e às políticas nacionais (PMEA; ProMEA, 2010).

Crê-se também ser importante registrar as gestões de governo. O primeiro governo, de 2001 a 2004, que se anunciou como ‘o emancipador’, foi o do PMDB. Na sequência, sucederam-se dois mandatos consecutivos do PT, de 2005 a 2012 (previsão), a partir de lideranças políticas ‘formadas’ na cultura participativa do município, incluindo o atual prefeito e vários secretários e responsáveis por segmentos de governo, entre eles, a SEMUAM e a SEMED.

Sob o olhar, o campo de pesquisa – a CPP

Uma vez concebida como prática social, “como tudo aquilo que se refere à criação humana na história” (LOUREIRO, 2007b, p. 66), compreende-se que a Educação Ambiental necessita, numa leitura/intervenção de mundo, apoiar a vinculação entre os processos ambientais e sociais (TOZONI-REIS, 2002) – pois estes são indissociáveis – a fim de aproximar tal prática social da realidade concreta (KOSIK, 2002) e do co-existir entre sujeitos e natureza (LOUREIRO, 2007a).

Foi a partir da compreensão desse princípio de indissociabilidade entre processos ecológicos e sociais que a CPP, formada a partir de representações³ da sociedade civil organizada e do governo municipal, trabalhou na construção da Política de Educação Ambiental do Município de Mesquita e, logo, para o seu desdobramento na construção do Programa de Educação Ambiental Municipal ProMEA - Mesquita.

O desenvolvimento das etapas e das atividades desse processo buscou integrar: as atividades de pesquisa-ação participativa, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que destacassem o protagonismo da comunidade envolvida; as estratégias para a geração e a socialização de conhecimentos da Educação Ambiental crítica; a mobilização comunitária; e o desenvolvimento de um projeto que teve como foco a geração de política e programa destinados ao Município no âmbito da Educação Ambiental crítica, sustentável e democrática.

Durante o período de vinte e dois meses, de março de 2009 a dezembro de 2010, estudos, formação e levantamentos de dados e de realidades foram realizados pela CPP, seguindo um cronograma de ações e de encontros, na busca de delinear um documento norteador da Política Ambiental e dos apontamentos possíveis para a construção do Programa de Educação Ambiental do Município.

Ao todo, foram realizados quatorze encontros, uma conferência, um encontro intermunicipal, a participação no VI Fórum em 2009 e três audiências públicas, além da criação de uma rede online, Rede_PROMEA⁴, com o intuito de dar suporte aos encontros presenciais, na viabilização de textos, estudos, instrumentos, datas, informações e comunicados relevantes e urgentes. Nesse sentido, houve a preocupação com a aprovação e a certificação prévia de todos os participantes, pois eles contariam com reais condições de acesso à Rede, a fim de torná-la um instrumento facilitador e democrático para a CPP.

³ Nas duas etapas do Projeto (Política e Programa), participaram professores de vários segmentos da rede, associações de moradores, escolas privadas e estaduais, representações religiosas (católica e protestante), associação de mulheres e de catadores, sala verde, centro de educação e justiça ambiental, servidores da SEMUAM, SEMED, Defesa Civil e docentes e discentes de graduação e pós-graduação da UFRRJ, campus Nova Iguaçu e Seropédica. Inicialmente, envolveram-se 80 pessoas e, ao longo de dois anos, houve variações, alternâncias e substituições de representação, assim como esvaziamento, tendo em média em torno de 30 participantes com, pelo menos, 75% de presença em todo o processo.

⁴ http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA/

As atividades aconteceram, sobretudo, em horário noturno⁵, ora na sede dos encontros, a Escola Municipal Ely Baiense Vailante, ora na Sala de Cinema Zelito Viana (auditório da prefeitura), na Sala Verde e no Centro de Justiça Ambiental. Alguns encontros também ocorreram em espaços externos, como a UFRJ, a UFRRJ e o IBAMA/RJ. Nas audiências, registradas em diário oficial, foram validadas as produções documentais do processo. Ademais, pautada em uma reflexão prático-teórica, essa proposta de trabalho coletivo foi viabilizada com a mobilização participativa da sociedade civil. Dessa forma, o contato inicial com a população foi estabelecido com quase um ano de antecedência, a partir das participações sociais já existentes nas várias formas e nos vários espaços de representação pública no município. Em alguns desses espaços, a Universidade já vinha tendo lugar, como: na I Conferência Municipal de Meio Ambiente; no Conselho da Cidade; e no Fórum da Agenda 21 Local, ligado à Comissão de Construção do Plano Diretor e Abairramento. Além disso, houve contato com os demais espaços de debate público existentes, como: os espaços das representações e interlocuções escolares; os dos Projetos com os Catadores e Cooperativas de Reciclagens; os da Agenda 21 Escolar; os das Representações de Governo e dos dois Cursos de Pós-Graduação lato sensu realizados para os professores da rede, um voltado para a formação em Educação de Jovens e Adultos e o outro, para a Infância, na Educação de crianças de 0 a 10 anos.

Assim, após o planejamento inicial, o projeto ocorreu em três etapas. Com a convocação da população a partir das representações existentes e com o convite a tantas outras representações, na etapa inicial, formou-se o que se denominou CPP e iniciou-se, coletivamente, a busca de garantir a compreensão e o reconhecimento das Políticas e dos Programas Nacional e Estadual, das Leis Nacionais Constitucionais e de Educação⁶ e das ações em EA já realizadas no município. Esse processo se deu, em especial, a partir do mapeamento de ações, problemas e questões socioambientais feito pelo Fórum Municipal da Agenda 21. O Fórum já havia desenvolvido tal trabalho durante os nove meses que antecederam o início das ações da CPP e foi considerado o processo de construção participativa do Plano Diretor da cidade.

Na segunda etapa, a partir das orientações legais que passaram a considerar as reais condições locais do município, ocorreram encontros, oficinas e debates com os representantes da comunidade local, focando “(...) as especificidades dos grupos sociais, o modo como produzem seus meios de vida, como criam condutas e se situam na sociedade, para que se estabeleçam processos coletivos pautados no diálogo, **na problematização do mundo e na ação**” (LOUREIRO, 2007b, p. 29, grifo nosso) Tal etapa resultou na construção coletiva do texto da Política de Educação Ambiental do Município, Lei 601, aprovada pela Câmara Municipal em 29 de dezembro de 2009. Essa Lei preconiza, em seus princípios básicos, “(...) a garantia de continuidade e permanência do processo educativo a todos os indivíduos e grupos sociais (inciso V)” e, em seus dispositivos gerais, art. 6, garante a implementação da PMEa, “(...) por meio

⁵ Não se conseguiu a garantia de espaço de formação em serviço tanto para os professores da rede – com a exceção de servidores de algumas escolas municipais e estaduais e de servidores municipais das Secretarias de Meio Ambiente e Educação que assumiram a CPP – quanto para a população participante que, dada sua realidade concreta de tempo e condições laborais, dispunha apenas do período noturno para participar do processo.

⁶ Política Nacional de Educação Ambiental. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002; LEI ESTADUAL. Lei 3325, de 17 de dezembro de 1999; Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. MEC/MMA, 2005; Constituição da República Federativa do Brasil. 1988; LDB. 9394/1996.

do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias”.

A terceira etapa, que se desdobrou na organização do Programa Municipal de Educação Ambiental ProMEA – Mesquita, em continuidade à problematização da realidade local, dos programas, dos projetos já existentes no município e das experiências⁷ de outros municípios e estados do país, sempre norteados pela legislação vigente, culminou na elaboração final do texto do programa, publicado e lançado em dezembro de 2010, implicando, pelo processo de form(ação)-intervenção, a certificação dos integrantes da CPP pela Universidade .

Destacam-se caracterizações que marcaram pontual ou organicamente essa etapa, no ano de 2010: a) a chegada de novos membros à CPP, em especial, um relevante número de professores; b) a rotatividade significativa de participantes; c) o esvaziamento por parte dos movimentos sociais; d) a ocorrência de projetos de governo, tais como a Agenda Ambiental da Administração Pública –A3P e o Projeto Água Floresta, o qual intencionava mapear potencialidades no município, não obstante tenha trazido resultados pouco significativos; e) o início da construção do Programa Estadual de EA, do qual a CPP participou na etapa Baixada Fluminense; f) o período eleitoral, que também influenciou significativamente a participação e o esvaziamento dos encontros nessa fase; g) a realização de sete novos encontros alimentados pelo trabalho de algumas comissões formadas a partir das demandas dos encontros da CPP – entre tais comissões, uma se voltava para a discussão da questão da EA no âmbito disciplinar/interdisciplinar, o que contou com a colaboração de uma professora da FE/UFRJ; h) a formação de uma comissão que trabalhou para dirimir dúvidas sobre licenciamento e experiências positivas advindas da história da EA no licenciamento, contando com o apoio do IBAMA/RJ; i) a formação de outra comissão que trabalhou sobre o levantamento histórico-participativo do município; j) a mudança de espaço de encontro da CPP, da Escola Municipal Ely Baiense Vailante para o Centro de Justiça Ambiental, o qual ganhou novo espaço, passando a comportar o número de integrantes da CPP; k) e, em destaque, as audiências públicas dessa fase a qual carecia organizar planos e ações que integrariam o Programa. Além das características apresentadas até aqui, surge ainda a pesquisa realizada em nove escolas e creches⁸ (cinco municipais, três estaduais e uma privada), apoiada pela SEMED e com o envolvimento direto de orientadores pedagógicos, profissionais da educação, alunos e comunidade aliados à marcante e significativa participação de professores.

Buscando dialogar com a intencionalidade e a capacidade problematizadora do Projeto

É fato que se vive uma crise socioambiental (SANTOS, 1997) que “(...) se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar

⁷ Tomados como referência e estudo, foram utilizados: as Políticas dos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais e os Programas de Educação Ambiental dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e do Município de São Carlos-SP.

⁸ Escola Municipal Maria Dolores de Mello Porto, Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire, Creche Municipal Carmem Montes Paixão, Creche Municipal Profª Marlene Peres Costa, CIEP 364 – Nelson Ramos, CIEP 111 – Gelson Freitas, Colégio Estadual Professor Quirino, CVT – FAETEC e Centro de Educação Valladares (privado).

ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais”, gerando graves problemas socioambientais locais e globais (GUIMARÃES, 1998).

Nesse sentido, aliando-se às contribuições de Quintas (2010), o que se põe em xeque é a relação sociedade-natureza e uma ‘sustentabilidade’ em movimento, o que inclui tensão, pois envolve tanto o assegurar de direitos aos sujeitos sobre o meio ambiente, como o uso comum e a forma como se dará essa apropriação, e, nisso, está gestão pública de recursos e a sua destinação. Nesse viés, as potentes perguntas “(...) sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo (...)” (MARRUL-FILHO, 2003, p. 86, apud QUINTAS, 2010, p.10) são essenciais para a compreensão-intervenção dessa e nessa realidade concreta do campo ambiental, mas que compõe o campo político e econômico, em que:

(...) todo processo educativo é antes de tudo (**ou deveria ser *per si***) um processo de intervenção na realidade vivida, em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando sua transformação (QUINTAS, 2002, p. 10, grifo nosso).

Não resta dúvida de que o princípio da contradição em Marx (1978) muito aponta para a compreensão/intervenção dessa/nessa dada realidade, na medida em que explicita, neste caso, a contra-mão da qualificação da sociedade no sentido do controle social e, especificamente, do controle socioambiental. Tal qualificação, que deveria ser a marca dos processos participativos voltados às questões socioambientais, torna-se contundente.

Numa análise dos processos participativos e do papel do Estado, Kaplan (2011, p. 91-92) auxilia no sentido da compreensão dessa dada e específica ‘qualificação’ da Sociedade Civil e, logo, do controle social:

Por ser o executor das políticas sociais, o ator social se conforta com o modelo de sociabilidade imposto a ele. O objetivo do capital é manter o sistema (capitalista) vigente e evitar que a sociedade o questione. A estratégia passa por inserir a sociedade civil como executora das políticas com o objetivo de fazê-la sentir-se parte do processo e assim evitar questionamentos quanto ao mesmo (Cidade, 2010, p. 4). Assim, o projeto societário hegemônico difunde uma visão de sociedade civil harmonizada e independente do Estado. As justificativas para essa transferência de poderes para sociedade civil passam pelas noções de “autonomia”, “solidariedade”, “altruísmo”, “interesse geral”. Nesse contexto de reforma do Estado, duas leis federais merecem destaque no que diz respeito ao empoderamento dessa sociedade civil no viés liberal: a Lei das Organizações Sociais (OS) – Lei nº 9.637/98 – e Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790/99. As OS são privadas, criadas pelo poder público e nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público. Por sua vez, as OSCIP já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias. Na sua própria definição, as OSCIP são qualificadas como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (art.1º) que têm acesso a recursos públicos para a realização de projetos, por meio da

celebração de “termo de parceria” (Brasil, 1999 apud Peroni et alii, 2009, p. 769). O surgimento de ambas indica o “fenômeno da publicização do Direito privado e da privatização do Direito público”. Foram atribuídas a ambas uma maior rapidez na prestação de serviços, capilaridade territorial e continuidade aos programas (Cury, 2007, p. 8 apud Peroni et alii, 2009, p. 769). Dessa forma, a sociedade civil passa a ter um papel fundamental de executora das políticas sociais. A tentativa é de instaurar um novo padrão de sociabilidade e para tanto é necessário, estrategicamente, produzir um consenso mundial quanto ao novo modelo das relações sociais

Aqui, também Quintas (2010), recorrendo à Constituição Federal, destaca que, no § 1º do artigo 225, das sete responsabilizações do Poder Público quanto à obrigatoriedade para com a preservação e a defesa do meio ambiente, também imputada à coletividade, inversamente, apenas uma contempla a criação de condições/qualificação para que essa mesma coletividade possa exercer o controle social em ‘defesa’ das questões socioambientais por meio da EA.

Justificam-se, portanto, a atenção e o destaque necessários às questões de ordem participativa na constituição de políticas públicas: aquelas voltadas para o campo da EA, especificamente, e a questão do controle social – capacitação para a intervenção qualificada “(...) no ordenamento de práticas, de apropriação social dos bens ambientais que o Estado realiza e, também, a exigirem sua ação, caso se omita” (QUINTAS, 2010, P. 79).

Então... a participação

A participação, concebida como conduta social, no aprender na prática e em dadas condições, contém amálgama de crenças e interesses e, portanto, é caracterizada no campo do conflito (QUINTAS, 2010).

O espaço público, ‘garantido’ pelo Estado, é, nesse sentido, propício para a garantia da pluralidade e da qualidade das intervenções. Trata-se de criar condições para que as assimetrias entre grupos e interesses possam ser consideradas e que possam ser explicitados mais claramente seus projetos, oportunizando-se e qualificando-se as discussões.

Dessa maneira, o caráter de público é dado por essa dimensão, quando a participação, quanto mais ampla, sobre a destinação dos recursos e as determinações políticas organizativas dos grupos mais vulneráveis e com menor representação social, podem ser consolidadas no processo de organizar a gestão socioambiental. Consensos hegemônicos que descaracterizem tais considerações não podem ser classificados como públicos (QUINTAS, 2010) ou de regulação democrática.

Nesse sentido, a CPP cumpriu seu objetivo estruturante de proposta teórico-metodológica e política (LOUREIRO, 2010): o fortalecimento do espaço e da instituição públicos; e o fortalecimento democrático de interesses coletivos e, em parte, da transformação da realidade local, mesmo que possa ter sido identificada, em amostragem de seus membros⁹, a ausência da criticidade desejável “(...) para

⁹A CPP pôde também subsidiar parte da pesquisa da dissertação “Das Concepções Prévias aos Sentidos Construídos na Formação Crítica do Educador Ambiental”, realizada por Rodrigues (2010) pelo PPGEduc/UFRRJ. Foram entrevistados sete professores participantes da Comissão, além de alunos do Curso de Mestrado em Educação da UFRRJ.

instrumentalizar sua práxis, valorizar e desenvolver os saberes docentes, em suas multidimensões, costurar escola e universidade na práxis de uma abordagem relacional de complementaridade” (RODRIGUES, 2010, p. 5). Ainda assim, o exercício da gestão pública, vivenciado no processo da CPP, permite destacar a importância do processo na estimulação do grupo social envolvido, tendo em vista interesses coletivos e comuns àquela comunidade (LOUREIRO, 2010), em especial à comunidade educadora, conforme Rodrigues (2010, p. 103) destacou em uma das falas dos educadores entrevistados:

Esses encontros serviram para divulgar os 10 anos da educação ambiental em nível de Estado e vários eventos, mas... assim... acima de tudo, ele vem trabalhando na motivação da gente querer sempre fazer melhor, porque sempre teve um distanciamento da universidade com a escola, esse distanciamento era como um buraco negro, né?! E quando você vê a universidade dentro do município, vindo até nós, a verdade é que essa... a universidade vindo até nós e nos ouvindo... isso nos motiva a querer fazer melhor (...) - Educador B2 (entrevista)

A fala do educador aponta para a necessária superação de uma das assimetrias que marcam a fragmentação entre a escola, o cotidiano docente e a ‘produção’ de conhecimento científico-acadêmico, marcando territorialidades distintas, antagônicas e desiguais em possibilidades, mas não em potencialidades.

Para Santos (2010a, 2010b), recuperar a sociedade civil, dentro do protagonismo do debate ideológico e econômico, como forma ampliada de ocupar os espaços antes exclusivos de grupos hegemônicos e do Estado (KAPLAN, 2011) – compreendidos como maiores aliados do capital privado –, possibilita que a Sociedade Civil possa “(...) desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política” (ACANDA, 2006, p. 236), o que evidencia a discussão da necessidade tanto da re-distribuição, quanto do reconhecimento (FRASER, 2001).

Dentro das tipologias da participação (BROSE, 2001; ARNSTEIN, 2002, apud LOUREIRO, 2010), a delegação de poder e o controle cidadão (social), pautados na democracia direta exercida por grupos sociais minoritários, necessitam ser exercitados coletiva e politicamente (LOUREIRO, 2010) e com “intencionalidade emancipatória”.

Pode-se dizer que o processo de participação da CPP guardou elementos significativos acerca das formas de participação mais emancipatórias, mesmo que considerados os seguintes elementos: o nível flutuante de presenças na CPP, com prejuízo no aprofundamento e na análise de situações e estudos; a tendência de governo a um dado enfoque e ação ambiental; a ausência de respaldo a docentes e servidores na garantia de sua efetiva participação às vezes em tripla jornada; e o esvaziamento por parte dos movimentos sociais na fase da construção do Programa (fase 3).

Concluindo - Caminhos a percorrer

Busca-se, a partir dessa sistematização, não apenas realizar algumas reflexões teórico-metodológicas, mas, acima de tudo, destacar a análise realista e concreta do campo da participação em EA daquela municipalidade, evidenciando contradições e possibilidades dos aspectos político-institucionais e educativos que envolvem esse campo. Nesse sentido, segundo Loureiro (2007b, p. 50) “(...) uma opção metodológica

que tenha na participação não um “carro-chefe” de belos discursos que mascaram o autoritarismo, o desprezo pelo outro ou a manipulação, mas um compromisso com indivíduos e grupos em suas singularidades reprimidas (...)”, podem colaborar de forma bastante satisfatória com o resgate daquilo que, de fato, é público e, assim, se caracteriza e se afirma no sentido de transformação e de auto-transformação dos sujeitos e de suas realidades.

Destaca-se que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista as diversas ações e os distintos interesses socioambientais formais e não formais existentes na sociedade e, no caso específico, no município. Afirma-se, por conseguinte, que a Educação Ambiental é um fato concreto e necessita de Políticas Públicas que norteiem o seu fazer, assim como a formação crítica e democrática dos agentes que a constituem e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola.

A formação emancipatória se apresenta como característica marcante, sendo solicitada para a qualificação dos debates nas construções e nas proposições de políticas públicas no município. A participação popular necessita avançar nesse sentido, pois é potencial para as intervenções que dêem continuidade aos caminhos já percorridos e que, de fato, apóiem e agreguem força aos processos decisórios daquela comunidade, ampliando suas concepções de realidade-mundo e dos saberes ali existentes.

Referências Bibliográficas

ACANDA, Jorge L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. DEA/MMA e CGEA/MEC. *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)*. 3. Ed. Brasília: Edições MMA, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 9.95, de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KAPLAN, Leonardo. *Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4. Ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e participação popular. In: BOZELLI, Reinaldo Luiz; SANTOS, Laísa Maria Freire dos; LOPES, Alexandre Ferreira; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (Orgs.). *Gestão ambiental Pública. Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen*. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. *Pesquisa em Educação Ambiental*. São Carlos, v. 3, n 1, 2008a.

_____. Pesquisa-ação participante e educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. In TOZONI-REIS, Marília Freiras de Campos. (Org.) *Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental, reflexões teóricas*. São Paulo: Ed. Annablume, 2008b.

_____. (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a.

_____. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coord.). *Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007b.

_____. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. – 2. ed– São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MESQUITA. *Lei Municipal nº 601, de 29 de dezembro de 2009*. Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita - PME.A. RJ, Mesquita: 2009.

MESQUITA. *Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA*. PMM/SEMUAAM/UFRJ. RJ, Mesquita: 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS, José Silva. Gestão ambiental pública. In: BOZELLI, Reinaldo Luiz; SANTOS, Laísa Maria Freire dos; LOPES, Alexandre Ferreira; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Orgs.). *Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen*. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

_____. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Edições Ibama, 2002.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 3325, de 17 de dezembro de 1999. *Política Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1999.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento. *Das Concepções Prévias aos Sentidos Construídos na Formação Crítica do Educador Ambiental*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2010.

SANTOS, Ana Maria Marques. *Participação popular como disputa teórica, prática e política nas questões socioambientais: caminhos da ideologia e da utopia*. V ENANPPAS, SC: Florianópolis, 2010a.

_____. *Ações socioambientais em uma comunidade cooperada: trabalho e conflito como categorias centrais na práxis educativa*. 33ª Reunião Anual da ANPED, MG: Caxambu, 2010b.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. Ed. Campinas, Autores Associados, 2003.

SILVA, Maria. Fátima. de S. *Das terras de mutambo ao Município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade*. Rio de Janeiro: Entorno, 2007.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.

TOZONI-REIS. Marília Freitas de Campos. A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS. Marília Freiras de Campos. (Org.). *Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental, reflexões teóricas*. São Paulo: Ed. Annablume, 2008.

TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a.

Site e Grupo:

<http://www.mesquita.rj.gov.br/>. Acesso em 03 de abril de 2011.

http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA/.